

A INCLUSÃO ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): RELATO DE VIVÊNCIAS

RATZ, Claudia Denise Krummenauer¹

RU: 435445

MELLER, Fernanda Gusso Rosa²

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa, realizada na disciplina Metodologia da Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso, ofertada pela faculdade UNINTER, no curso de Pedagogia. Com o objetivo de apresentar e discutir aspectos do processo de desenvolvimento e inclusão de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que frequentou os anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública do Estado do Paraná. Dentro do contexto da pesquisa qualitativa, o estudo se pautou na pesquisa bibliográfica e na estratégia do relato de vivências. A pesquisa bibliográfica se deu em duas etapas: a primeira pesquisando no Google Acadêmico e no banco de teses e dissertações da CAPES, estudos realizados nos últimos 5 anos, onde os descritores foram: inclusão escolar, desenvolvimento motor infantil e Transtorno do Espectro Autista (TEA). A segunda etapa foi apontando para os principais conceitos trabalhados no presente estudo. O resultado principal deste relato de vivência evidenciou que é possível a inclusão e que ocorre uma evolução da criança autista no ensino regular, desde que: se estabeleça uma forma de comunicação com ela; ocorra o acompanhamento de um profissional de apoio e sejam ofertadas atividades adaptadas. Percebe-se um maior desenvolvimento através das interações com um meio onde prevaleçam as diferenças, pois a convivência com a diversidade permite ampliar as oportunidades de trocas sociais e de novas amizades, resultando na inclusão escolar e social.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Autismo. Desenvolvimento Motor. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar no Brasil inicia seus primeiros passos com a Constituição Federal (CF) de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) e os documentos

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2º Semestre - 2020.

² Professora Especialista Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

que dela derivaram³. Portanto, há mais de 30 anos os princípios inclusivos estão no cenário educacional, social, jurídico e laboral em nosso país. Esse contexto envolve desafios e investimentos de toda ordem e, quando se trata de estudantes que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a questão requer mais atenção.

O Transtorno do Aspecto Autista (TEA), considerado uma alteração grave no desenvolvimento infantil, afeta as competências e habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Os indivíduos com esse transtorno possuem padrão de desenvolvimento irregular. É um problema psiquiátrico que costuma ser identificado na infância, entre 1 ano e meio e 3 anos, embora os sinais iniciais às vezes apareçam já nos primeiros meses de vida. O distúrbio afeta a comunicação e capacidade de aprendizado e adaptação da criança. O desenvolvimento motor de uma criança com autismo pode influenciar no processo de ensino aprendizagem dentro ou fora da sala de aula? Qual a importância de um profissional de apoio para esses alunos?

Em outras áreas da Educação Especial (intelectual, visual, auditiva/surdez, física), apesar das dificuldades enfrentadas já existe uma produção científica e práticas mais consolidadas. Com relação ao TEA, ainda há grande carência de pesquisas e práticas educacionais, razão pela qual este estudo tem como objetivo apresentar e discutir aspectos do processo de desenvolvimento e inclusão de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que frequenta os anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, no sentido de delimitar o tema, optou-se como eixo de análise, o desenvolvimento motor da criança com TEA.

Esta pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, pois possui como princípios a capacidade de compreender e interpretar. De acordo com Minayo (2012, 623):

O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência

³ Destacam-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei nº. 13.146, de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015).

e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.

Dentro do contexto da pesquisa qualitativa, este estudo se pautou na pesquisa bibliográfica e na estratégia do relato de vivências, pois se utiliza de dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais e vivências, na tentativa de explicar, explorar ou descrever um determinado contexto.

Ainda de acordo com Minayo (2012, p.626), “toda a reflexão supõe a presença e o acompanhamento do pesquisador em cada passo do trabalho, num movimento ao mesmo tempo somativo e de superação da fase anterior.”

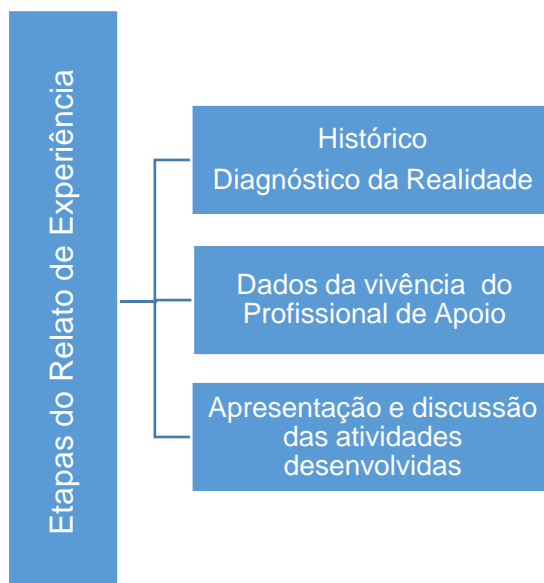
A pesquisa se deu em duas etapas: 1) revisão bibliográfica realizada através de busca sistematizada nas bases de dados eletrônicos da CAPES e do GOOGLE Acadêmico, de estudos realizados nos últimos 5 (cinco) anos, onde os descritores selecionados foram: inclusão escolar, desenvolvimento motor infantil e Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de compreender como estes temas tem sido pesquisado. 2) levantamento dos artigos referentes ao conceito e ao desenvolvimento motor de indivíduos com TEA.

Para o referencial teórico do estudo foram utilizadas as contribuições de alguns pesquisadores que desenvolvem estudos pertinentes ao tema, como Cornelsen (2007), Catelli (2016), Gallahue (2013), Neto (2013), Silva e Facion (2012), entre outros e a legislação pertinente, entre elas : a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), como norteadores da pesquisa.

O relato de experiência descreve a vivência da autora como profissional de apoio na inclusão escolar e no desenvolvimento motor de uma criança com TEA. É a descrição de uma vivência profissional tida como exitosa e que contribui com a discussão, a troca e a proposição de ideias para a melhoria na inclusão escolar.

Para fins de sistematização, em relação às diferentes etapas do relato, foi criado o seguinte fluxograma:

Figura 1. Fluxograma do Relato de Experiência



Fonte: A Autora

Salienta-se que, a autora deste estudo, atuou como profissional de apoio na rede pública de ensino, de um município do Estado do Paraná, diretamente por 20 meses, com uma criança que apresenta TEA e que frequentava os primeiros anos do Ensino Fundamental I, especificamente o primeiro e o segundo ano.

A organização do conteúdo foi feita de forma sequencial e progressiva, em função da lógica inerente ao tema que uma vez detectada, determinou a ordem a ser apresentada. O presente trabalho está organizado em 3 (três) capítulos: o primeiro capítulo, "O desenvolvimento motor de uma criança com autismo", aborda o conceito de autismo, as particularidades do aluno e seu processo de desenvolvimento motor. O segundo capítulo é denominado "O papel do profissional de apoio no processo de inclusão de estudantes com TEA" que aborda o papel do professor e os aspectos legais voltados para a escolarização desse público. O terceiro e último capítulo, intitulado "Vivência com o aluno", relata os aspectos da trajetória escolar de uma criança com TEA, tendo como foco maior o desenvolvimento motor.

2 RELATO DE VIVÊNCIA DE UM PROFISSIONAL DE APOIO NA INCLUSÃO ESCOLAR E NO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2013) o TEA é caracterizado por déficits persistentes em dois domínios principais: comunicação social e interação social; e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, contudo, tais características apresentam-se em diferentes níveis, por isso recebe a denominação de espectro. O próprio conceito apresenta a comunicação e a interação social como eixos para serem trabalhados com esse público. Isto faz com que os estudos se debrucem, sobretudo, para esses importantes aspectos. Por outro lado, entende-se, a importância de trazer estudos que contribuam também com outras áreas do desenvolvimento, como é o caso da área motora.

2.1 O DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM AUTISMO

Os seres humanos apresentam a capacidade de interagir com o ambiente através dos movimentos. Esta capacidade sofre alterações ao longo do ciclo de vida do indivíduo devido às características: do indivíduo (crescimento, maturação, capacidade física); do ambiente (espaços, superfícies; socioculturais) e da tarefa (objetivos, as regras e equipamento). Os movimentos rudimentares, ocorrem do nascimento aos 2 anos e são as primeiras formas de movimentos voluntários e de exploração voluntária do ambiente. Associados a maturação e crescimento, mais a estimulação socioambiental, desempenham um papel importante. (GALLAHUE *et al*, 2005)

O DSM-III (1987) instituiu critérios diagnósticos com uma perspectiva de desenvolvimento e os Transtornos do Espectro Autista (TEA) têm sido usados como categorias de diagnóstico em indivíduos com déficits na interação social, déficits na linguagem e comunicação e padrões repetitivos do comportamento.

Na versão do DSM-IV (2003), os critérios para diagnosticar o autismo têm um grau elevado de especificidade e sensibilidade, diferenciando-se entre indivíduos com habilidades cognitivas e de distinta linguagem e em grupos de diversas faixas etárias.

No DSM-V (2013), o TEA é definido como um distúrbio de desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando comprometimentos de ordem sócio comunicativa e comportamental (APA, 2013).

O diagnóstico do TEA é realizado a partir de duas grandes áreas do desenvolvimento que são: os déficits clinicamente significativos e persistentes na

comunicação social e nas interações sociais, assim como os padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. O diagnóstico não inclui atrasos ou deficiências no desenvolvimento motor ou, mais especificamente, no desenvolvimento das habilidades de coordenação motora fina. É classificado pelo CID-10 (1993) como um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

De acordo com Catelli (2016, p.57):

Em relação ao Transtorno do Espectro Autista, os critérios de diagnóstico, baseia-se nas questões de comunicação / interação social e padrões repetitivos e restritivos das atividades das crianças com TEA e em nenhum momento questões motoras são indicadas como critério avaliativo.

Sendo assim, os aspectos do desempenho motor dos indivíduos com TEA não são utilizadas como critérios de diagnóstico.

Portanto, quanto mais se buscar informações a respeito do diagnóstico do TEA, mais será possível entender as particularidades que o envolvem, bem como o seu processo de desenvolvimento como um todo, mas sendo enfatizado neste trabalho o motor, conforme cita Gallahue *et. al* (2013, p.21):

Compreender como adquirimos o controle motor e a coordenação dos movimentos é fundamental para compreendermos como vivemos. Quando compreendemos o processo de desenvolvimento de um indivíduo típico, assimilamos orientações fundamentais importantes para a eficácia do ensino e da aprendizagem. Feira indivíduos com deficiências de desenvolvimento, a compreensão do desenvolvimento motor fornece uma base sólida de intervenção, terapia e medicação.

Neste contexto, é importante diferenciar os termos crescimento e desenvolvimento. Enquanto o crescimento físico é o aumento na estrutura do corpo, o desenvolvimento refere-se a mudanças no nível de funcionamento do indivíduo ao longo do tempo, ou seja, há necessidade de ajustes, compensações ou mudanças para se adquirir ou manter uma competência. A maturação e a experiência, são fundamentais no processo de desenvolvimento e estão entrelaçados. A maturação refere-se a mudanças qualitativas, que permitem a progressão até níveis mais elevados de funcionamento e a experiência, conforme Gallahue *et. al* (2013, p. 30),

“refere-se a fatores no ambiente que podem alterar o aparecimento de várias características do desenvolvimento ao longo do processo de aprendizado. As experiências da criança podem afetar o ritmo de surgimento de determinados padrões de comportamento.”

Conforme descreve Neto *et. al* (2013, p.110):

A criança com TEA demonstra dificuldade em compreender seu corpo em sua globalidade e em segmentos assim como seu corpo em movimento. Esse déficit na percepção corporal faz com que os movimentos, os gestos e as ações sejam pouco adaptados. O desenvolvimento do equilíbrio estático, da lateralidade e da noção de reversibilidade se encontra prejudicado, bem como as funções de base necessárias à aquisição da autonomia e de aprendizagens cognitivas. Os estudos na área indicam que as crianças com TEA apresentam características motoras desviadas dos padrões normais de desenvolvimento desde o nascimento.

Mesmo que o diagnóstico precoce de TEA seja complexo, as intervenções adequadas realizadas quando os déficits motores começarem a se manifestar contribuirão para o desenvolvimento, proporcionados pela maturação e experiências. O ambiente escolar pode proporcionar o desenvolvimento integral e afetivo da criança, e segundo Santos (2014, p. 40), “no nível da intervenção, é possível afirmar que se podem minimizar as dificuldades que caracterizam a maioria das síndromes ou transtornos globais do desenvolvimento”.

Catelli (2016, p.64) identificou que:

Indivíduos com TEA têm desvios nos padrões motores em relação a indivíduos típicos ou com outros distúrbios como TDAH, distúrbios de conduta, e problemas de aprendizagem e que aspectos motores são fundamentais para intervenção precoce de crianças com TEA. Alguns autores sugerem que as habilidades motoras façam parte do critério de diagnóstico e não só de rastreio do transtorno do espectro autista, pois as questões referentes às habilidades motoras se associam com as habilidades em outros campos do desenvolvimento.

Um profissional de apoio em sala de aula poderá contribuir ao ter a atenção voltada ao que a criança com TEA está fazendo, bem como o que ela consegue ou não fazer diferentes contextos, com vistas a realizar intervenções mais favoráveis ao desenvolvimento da criança. Pode-se considerar que, quanto mais precocemente a

identificação de déficits motores puder ser realizada, melhor a chance de indivíduos com TEA terem acesso a uma intervenção eficaz.

2.2 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA

Os marcos legais da Educação Especial são fundamentais para as práticas inclusivas. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) indica a obrigatoriedade da escola regular em receber o público-alvo da educação especial, inclusive as instituições de ensino particulares. Estas ficaram proibidas, por lei, de cobrar, além da mensalidade corrente, um valor suplementar para custear um profissional de apoio que, porventura, o aluno necessite.

A Lei nº 12.764/2012 aponta que os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com TEA nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre os quais: o atendimento educacional especializado complementar e o profissional de apoio.

Segundo Silva e Facion (2008,) a escolarização de estudantes com autistas propõe desafios, pois requer que o professor avalie continuamente sua forma de ensinar, bem como reformular planejamentos, adaptar recursos de ensino tradicionais e criar estratégias pautadas na necessidade do educando.

A criança com autismo deve receber estímulos para que ela possa interagir de maneira satisfatória. Isso significa também que a proposição de atividades que impulsionam a criança está ligada diretamente aos interesses e motivações dela.

Considerando os princípios da inclusão escolar segundo o viés da Análise do Comportamento, Fialho (2017, online), relembra que:

Todo indivíduo é único, afinal, seus comportamentos são determinados pela junção de variáveis genéticas, culturais e de sua história de vida que selecionou determinados comportamentos. Assim, o processo de aprendizagem de cada indivíduo também é único. Toda criança ou adolescente aprende cada um à sua maneira, por isso defendemos um programa individualizado de ensino. As crianças com necessidades especiais

têm o direito de estar na escola e, também, de serem eficientemente atendidas por ela. Isso pode exigir uma revisão da estrutura da escola.

Para isso, muitas vezes a criança com TEA precisa de um ambiente de ensino individualizado dentro da escola, por exemplo, salas de recursos com atividades que permitem a criança fazer escolhas sobre a ordem, tipo e quantidade das tarefas, bem como tornem possível a execução de atividades mais concretas e lúdicas.

Sendo assim, entre as funções do profissional de apoio na escola estão, dentre outras: promover a interação social da criança com colegas e professores por meio de dicas e reforçamento diferencial de comportamentos adequados; facilitar o aprendizado por meio de explicações individualizadas, dicas verbais ou visuais, material adaptado, fragmentação de tarefas, apoio tecnológico e reforçamento de respostas corretas com elogios e acesso a objetos preferidos. Também deve auxiliar na prevenção e redirecionamento de comportamentos disruptivos como estereotípias, agressões, autolesões, birras, etc. e reforçar comportamentos adequados incompatíveis. (FIALHO, 2017)

É importante enfatizar que o profissional de apoio não deve atuar como um professor substituto para o aluno de inclusão, o papel dele é de garantir as condições ambientais favoráveis para que o aluno participe da proposta do professor e se mantenha o maior tempo possível no grupo. Por isso, o professor de apoio deve adaptar as atividades propostas pelo professor de acordo com as necessidades e motivações do aluno de inclusão.

2.3 VIVÊNCIA COM O ALUNO

Para situar esta pesquisa, o relato consiste da vivência como profissional de apoio na educação inclusiva no ensino regular, em uma escola da rede de Curitiba. O período inicial foi abril de 2018 e o término em dezembro de 2019, ou seja, aproximadamente vinte meses. O suporte foi feito para uma criança do sexo masculino com idade de 6 anos, com TEA e que frequentou o 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

Na oportunidade, houve um contato inicial com a educação inclusiva, quando assumi o estágio de profissional de apoio a crianças com necessidades especiais, tendo o caso com laudo de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim fui crescendo, discutindo, estudando, analisando, testando e principalmente, vivendo a inclusão como parte do meu crescimento enquanto educadora.

Com as adversidades diárias encontradas na adaptação, a inclusão desta criança foi sendo construída a partir de leituras, conversas com professores da instituição e fora dela. Eram muitos os questionamentos: Qual a melhor forma de trabalhar com o estudante com autismo? Como incluí-lo na turma e como auxiliar na inclusão da melhor forma?

Os cursos de formação oferecidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba, forneciam alguns subsídios, mas não eram suficientes. Conforme análise de Cornelsen (2007, p.23), a situação parece ser comum:

Hoje, no Brasil, a população é assistida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96, a qual prevê a inclusão, em classe de ensino regular, de crianças com necessidades especiais; porém, os educadores não têm sido preparados o suficiente para tal. O que se vê, na maioria das escolas, é uma imensa dificuldade em lidar com esses alunos [...] Percebe-se, nas escolas brasileiras, uma preocupação em oferecer cursos teóricos de formação de professores, e estes seguem certos modismos; muitos deles são importados de outros países, com outras realidades e estruturas. Vive-se uma realidade na qual a inclusão de alunos com necessidades especiais é promovida em turmas de 30 a 40 alunos [...] Enquanto continuar a concepção maratonista na escola, em que o objetivo é o fim em si e não o processo do aprender com diferentes caminhos, pois se lida com seres únicos, que caminham com ritmos diversos, as diferenças não serão valorizadas.

Ainda temos muito a aprender sobre inclusão, em especial a escolar. Planejamento e organização são necessários e geralmente são atividades além das já existentes na atuação profissional, por isto é preciso um profissional disposto a atuar em prol da inclusão e com sensibilidade para acolher as diferenças.

A inclusão e permanência na escola, desta criança com TEA, foi muito desafiadora. Quando a mãe o deixava na escola, ele chorava muito e não querendo ficar, aos gritos falava: “quero mamãe, quero casa”.

Realizou-se um trabalho em conjunto com a professora e Direção, traçando as melhores estratégias para acolhê-lo da melhor forma possível. Inicialmente colamos

desenhos no chão, dos carinhos que ele mais gostava até a sala de aula, como se fosse um caminho. A permanência dele em sala também foi desafiadora e tive que testar muitas e muitas estratégias até conseguir alguma que desse certo.

No horário que ele chegava na escola com sua mãe, eu o esperava no portão principal e a estratégia utilizada, como forma de distraí-lo, foi sempre permitir que ele trouxesse consigo um brinquedo diferente.

Sendo assim, ele me acompanhava até a sala dos professores, onde ele podia escolher algo que pudesse levar para a sala de aula e o alfabeto móvel era sempre o escolhido por ele.

Isso acabou fazendo parte de nossa rotina. Através desse processo, chegávamos na sala e ele sempre montava as palavras dos nomes dos carrinhos que gostava, conseguindo produzir e permanecer em sala.

A adaptação da criança na escola foi um processo bem longo, pois ele apresentava dificuldades de socialização, de aprendizagem, de fala e escrita (não aceitava o lápis e não tinha movimento de pinça).

O trabalho com atividades adaptadas iniciou com o uso de alfabeto móvel e na sequência foi produzido um caderno adaptado, com as imagens dos carrinhos que ele gostava. As primeiras atividades foram realizadas com lantejoulas, recortes de letras e desenhos. Percebi que começou a demonstrar interesse e na sequência solicitei a mãe que enviasse algumas fotos dele em lugares diferentes.

Foram dispostas algumas imagens bem próximas do cotidiano da criança para que houvesse maior significado e essa estratégia revelou ser de grande interesse por parte do aluno, o qual passou a aceitar o lápis e demonstrar gosto pela escrita.

Nas aulas de Educação Física, a criança apresentava dificuldades em participar das dinâmicas e fazer as atividades propostas pela professora. Novamente com a professora da disciplina começamos algumas estratégias para sanar as lacunas nesse processo. Ele apresentava dificuldades de equilíbrio e em alguns movimentos, foi um trabalho bem desafiador, mas com ajuda de toda a turma, e com alguns colegas que se destacavam em ajudá-lo e inseri-lo na turma conseguimos incluí-lo nas aulas e trabalhar as áreas em que apresentava menos desenvolvimento.

A professora começou a trabalhar com mais dinâmicas e exercícios que auxiliavam o aluno em outras áreas. Com o passar dos dias e meses, foi possível perceber algumas mudanças e muitas evoluções, principalmente em sala de aula, nas questões relacionadas ao movimento de pinça e na socialização.

Alguns professores foram fundamentais na evolução e socialização desta criança, pois o mesmo foi envolvido na participação das brincadeiras dos intervalos e em atividades extraclasse, como a Feira do Dia do Soldado. Sempre que possível a criança participava destas atividades, era visível o empenho da família para que ele acompanhasse tudo o que a escola oferecia aos alunos no processo de ensino aprendizagem. Nas festas oferecidas pela escola, a família sempre estava presente, como por exemplo, a festa junina ele participou e também apresentou a dança com os outros colegas.

A escola oferecia alguns projetos, como o Projeto Horta e Jardim de Mel, onde os próprios alunos cultivavam as flores e as hortaliças e ele sempre estava junto regando as plantas.

Em comemoração ao Dia da Árvore, a instituição com o objetivo de incentivar os alunos sobre a importância do Meio Ambiente, organizou uma feira de troca de mudas variadas, em uma praça próxima da escola e lá estava a família empenhada, levando e incentivando o aluno a participar.

Outra oportunidade incrível foi a participação da escola no ENFOC, da instituição UNINTER. Tratava-se da XV ENFOC – Encontro de Iniciação Científica, XIV Fórum Científico, VI Seminário PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e I Seminário do Programa de Residência Pedagógica que aconteceu nos dias 08 e 09 de novembro de 2019, na cidade de Curitiba – PR, e com os objetivos de: divulgar trabalhos e projetos de pesquisa acadêmicos da graduação e pós-graduação; promover o intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores de diversas regiões do Brasil, nas modalidades presencial e a distância e estabelecer redes de colaboração dentro das temáticas propostas. O convite foi aberto para todos os alunos que quisessem participar da apresentação e foi apresentado o “Projeto Horta” e na ocasião foi feita entrega de algumas mudas de hortaliças para os visitantes.

Com muitas estratégias e um trabalho conjunto com a equipe da escola, conseguimos resultados surpreendentes com a inclusão da criança, terminando o ano de 2019, a criança entrava sozinha em sala, sabia ir para a fila do transporte sem ajuda, conseguia sentar e pegar o material, inclusive copiando do quadro o recado da lição de casa nas pequenas letras da agenda. Foi um trabalho com muitos desafios, mas com grandes resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sujeito principal desta pesquisa, que frequentou os anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública do Estado do Paraná, demonstra a questão da educação escolar num ambiente de inclusão, relatando questões do seu desenvolvimento motor, tendo o acompanhamento de um profissional de apoio.

O estudo mostrou que, no âmbito escolar, é perfeitamente viável e possível uma prática educacional inclusiva que potencialize o desenvolvimento motor, trazendo considerações significativas para a área de estudos em questão.

Ao discorrer sobre o papel do profissional de apoio no processo de inclusão e relatar os aspectos da trajetória escolar de uma criança com TEA, tendo como foco maior o desenvolvimento motor, evidencia-se a importância de quanto um planejamento atento às diferenças e potencialidades da criança é condição para sua aprendizagem, uma vez que quando se trata do desenvolvimento motor de crianças com TEA, poderão ocorrer prejuízos no sequenciamento motor, com dificuldades no processamento viso espacial, tendo prejuízos nas habilidades de entender e dar significado ao que é visualizado.

É fundamental no papel do profissional de apoio e nas mediações necessárias, pensar em estratégias apropriadas e que estimulem o aluno com autismo, a partir do levantamento e mensuração do que ele já sabe e o que ele tem condições de aprender, considerando a diversidade do aprender.

Outro aspecto fundamental para considerar foi a interação com os colegas, que no desenvolvimento escolar do aluno com autismo mostrou-se benéfico pela convivência (com alunos com ou sem deficiência), estreitando relações nas quais a diversidade proporcionou um ambiente mais acolhedor.

A escola é um grande espaço de aprendizado e socialização. Trazer à tona suas experiências, sobretudo quando se trata de estudantes com TEA é de suma importância, pois trata-se de uma situação ainda nova para o cenário educacional. O papel dos profissionais de apoio neste contexto é fundamental, pois são mediadores das interações na escola no aspecto pedagógico e social.

O resultado principal deste relato de vivência evidencia que é possível a inclusão e que ocorre uma evolução da criança autista no ensino regular, desde que: se estabeleça uma forma de comunicação com ela; ocorra o acompanhamento de um profissional de apoio e sejam ofertadas atividades adaptadas.

Percebe-se um maior desenvolvimento através das interações com um meio onde prevaleçam as diferenças, pois a convivência com a diversidade permite ampliar as oportunidades de trocas sociais e de novas amizades, resultando na inclusão escolar e social.

Espera-se que tais experiências possam contribuir para que outros pesquisadores da área, ampliem o efeito da experiência pessoal como potencial exemplo para outros estudos e vivências.

REFERÊNCIAS

APA. American Psychological Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1987.

APA. American Psychological Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

APA. American Psychological Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CATELLI, C. L. R. Q.; D'ANTINO, M. E. F.; BLASCOVI-ASSIS, S. M. Aspectos motores em indivíduos com transtorno do espectro autista: revisão de literatura. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvol.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 56-65, jun. 2016. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CBCD. Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. **CID-10: Classificação Estatística Internacional das Doenças.** Brasília: Organização Mundial de Saúde (OMS), 1993. Disponível em: < <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm> >. Acesso em: 12 mai. 2020.

CORNELSEN, S. **Uma criança autista e sua trajetória na inclusão escolar por meio da psicomotricidade relacional.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba, 2007.

FIALHO, J. Autismo e Inclusão Escolar: A adaptação de material. **Comporte-se. Psicologia e Análise do Comportamento.** 2017. Disponível em: < <https://www.comportese.com/2017/11/autismo-e-inclusao-escolar-adaptacao-de-material> > Acesso em: 16 jun. 2020

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C; GOODWAY, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 3. ed. - Porto Alegre: AMGH, 2005.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C; GOODWAY, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 7. ed. - Porto Alegre: AMGH, 2013.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-232012000300007&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 12 mai. 2020.

NETO, R. F.; AMARO, K.N.; SANTOS, A.P.M.; XAVIER, R.F.C; ECHEVARRIETA, J.C.; MEDEIROS, D.L.; GOMES, L.J. **Efeitos da intervenção motora em uma criança com transtorno do espectro do autismo.** Temas sobre Desenvolvimento 2013; 19(105):110-4.

SANTOS, L.M. dos. **A Inclusão da criança com autismo na Educação Infantil: possibilidades de práticas pedagógicas.** 2014. 129f. Dissertação (Mestrado) – CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA. Ribeirão Preto, 2014.

SILVA, M. F. M. C.; FACION, J. R. **Perspectivas da inclusão escolar e sua efetivação.** In FACION, J. R. (Org.). *Inclusão escolar e suas implicações.* 2^a ed. Curitiba: Ibpex, 2008. p.185-216.